



Psicologia: Reflexão e Crítica

ISSN: 0102-7972

prcrev@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Brasil

Diório, Zânia Maria; Gomide Cunha, Paula Inez
Ascensão Escolar e Profissionalização de Bons Alunos de Baixa Renda: Avaliação de Um Programa
Brasileiro
Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 17, núm. 3, 2004, pp. 359-366
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=18817309>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Ascensão Escolar e Profissionalização de Bons Alunos de 1º Ano Avaliação de Um Programa Brasileiro

Zânia Maria Diório^{1,2}

Instituto Bom Aluno do Brasil, Paraná

Paula Inez Cunha Gomide

Universidade Federal do Paraná

Resumo

Esta pesquisa de avaliação de programa analisou a escolarização e a profissionalização de 629 jovens de 2001, para detectar o efeito do programa social PBA – Programa Bom Aluno. Verificou-se a evolução, interrupção nos estudos, a freqüência e o tipo de instituição formal de ensino, se pública ou privada, e trabalho nos grupos experimental e controle. O efeito positivo do programa foi identificado no nível superior ($p<0,0001$), onde se encontrou que havia 3 vezes mais participantes do grupo controle do que do experimental, a universidade. Foram identificados 62,9% de alunos do PBA, do nível superior, que trabalhavam e estavam com apenas 37,9% ($\chi^2=8,672$; $p=0,003$) do grupo controle. Concluiu-se que as ações do PBA foram eficazes em manter o estudo e exercer o trabalho no nível superior de ensino.

Palavras-chave: Avaliação de programas; educação; profissão; adolescente.

The Educational and Professional Development of Low Income Students: Evaluation of a

Abstract

This research that was carried out in order to evaluate the effect of the Program Bom Aluno, PBA, taking into account the educational and professional development of 629 students from Curitiba and surroundings in the year of 2010. The schooling without interruption in the process, the attendance to classes and the kind of institution its graduation, the practice and kind of work in both the control and the experimental groups were assessed. Positive effects were verified at university ($\chi^2 = 34,164; p < 0,0001$), where there were three times more participants from the control group that go to college than from the experimental group. It was found that 62,9% of the students from PBA at the time of the study whereas only 37,9% ($\chi^2 = 8,672; p = 0,003$) of the students from the control group did so. It was also found that PBA is effective in helping the students to reach college, continuing the studies, and start working.

Keywords: Program evaluation; education; profession; teenager

Consoante às estatísticas apresentadas pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC (1996), houve uma evolução da educação brasileira nas duas últimas décadas, refletidas em um aumento da taxa média de escolaridade da população: de 2 anos de estudo em 1960, houve uma progressão para 5 anos de estudo em 1990. Ainda assim, o Brasil tem sido apontado como um dos países com menor nível de escolarização do mundo: entre os 71 milhões de brasileiros que compõem a população economicamente ativa, a média

1993; Ribeiro, 1991). As perdas de produtividade no trabalho infantil e juvenil são generalizadas e não serão recuperadas ao longo da vida, nem tampouco, porque tendem a se propagar (Souza, 2000, p. 8).

(Souza, 2000, p. 8).

Ao se ponderar sobre a distância de escolaridade, em 1990, do País possuía o ensino fundamental a 8% e nível superior, sete

(Sarriera & Teixeira, 1997). Pesquisas realizadas por Casal, Masjuan e Planas (1989) indicam que na transição da escola para o trabalho, boa parte dos empregos pouco ou nada tem a ver com os estudos. É justamente esta falha para a formação no trabalho, gerada pela alta exigência do mercado laboral e pela baixa qualificação do trabalhador, tanto na educação formal quanto na formação humana, que faz surgir a necessidade de capacitação ou de desenvolvimento por intermédio do “ensino não formal” (Ferretti, 1997; Kuenzer, 2000; Lúcio & Sochaczewski, 1998; Shiroma & Campos, 1997).

A literatura (Camarano, Pasinato, Arruda & Lovisolo, 2001; Kuenzer, 2000; Patto, 1993; Pestana, 1999; Ribeiro, 1991), freqüentemente, relata que a necessidade do trabalho se sobrepõe e afasta os jovens do mundo do estudo; em compensação, o mundo do trabalho remunera melhor aqueles que têm maior escolaridade (Delors, 2000; Rocha, 2000).

Tanto a qualificação quanto a inserção profissional da juventude têm sido estudadas no Brasil, com o intuito de identificar as razões que levam o jovem de ensino médio a iniciar prematuramente sua atividade laboral. Sarriera e Teixeira (1997) argumentam que o desinteresse pelos estudos e a autonomia quanto aos pais são causas importantes neste processo. Por outro lado, para capacitá-los ao emprego, busca-se o desenvolvimento de capacidades e conhecimentos, de representações sociais e atitudes frente ao labor, de treinamento de habilidades sociais, elementos incertos nos contextos do trabalho e da cidadania (Sarriera, Câmara & Berlim, 2000; Sarriera, Câmara, Schwarcz, De Bem & Garandillas, 1996; Sarriera & Teixeira, 1997).

Avaliação de Programas

No Brasil, a produção de conhecimento no que se refere à avaliação de programas do terceiro setor cresce gradativamente (Belloni, Magalhães & Sousa, 2000). Quando se trata de avaliar uma intervenção social, é crucial selecionar um delineamento de pesquisa, no qual se garanta a comparabilidade dos grupos, o controle de variáveis intervenientes e a superação dos problemas de seleção diferencial (Cano, 2001). Segundo Baer (2001), o efeito de um programa é reputado pelas medidas antes-depois, que compara o resultado de um grupo que participou do programa com o resultado de um grupo que não participou.

Na pesquisa de avaliação, também deve-se ter em mente que a idéia é identificar o(s) impacto(s) obtidos que devem serem avaliadas. Não se pretende buscar a causalidade, tampouco caracterizá-las e comprovar. A maior parte das fórmulas ou modelos de avaliação buscam aproximação e apreensão do objeto considerado, seja qualitativa, com crescente participação da comunidade; ou quantitativa; porém, ressalte-se que esta avaliação é voltada para a objetividade, demais de visibilizar a generalização do observado. Aliás, é de se questionar se, neste tipo de pesquisa o objetivo primordial é a busca de um conhecimento que seja reconhecido e validado pela comunidade científica (Cohen & Franco, 1997).

O Programa Bom Aluno

O Programa Bom Aluno (PBA) surgiu em 1996, com o intuito de garantir a melhoria das condições de estudo e de vida de alunos de baixa renda. Este programa é resultado da parceria entre empresários paranaenses; logo, a partir deste momento, o PBA pretendeu melhorar a condição social dos alunos, preparando-os e, posteriormente, inserindo-os no mundo do trabalho. Os procedimentos educacionais visam garantir que seus alunos realizem um estudo de 3 anos, sem interrupções. Além disso, cursos de integração ao mundo do trabalho e de desenvolvimento de habilidades sociais e de inserção profissional são oferecidos aos educandos.

O PBA seleciona estudantes da 5ª série do ensino fundamental, oriundos de famílias de baixa renda (que não ultrapasse 6 salários mínimos), cujas rendas sejam iguais ou maiores que sete (7,0) em todas as famílias. Através da sua clientela, o PBA oferece condições e estímulos para que os alunos realizem estudos de nível médio e superior, com o intuito de obterem diplomas de nível médio e superior. O PBA também oferece bolsas de estudo para que os alunos realizem cursos de pós-graduação, inclusive no exterior, e também oferece bolsas de estudo para que os alunos realizem cursos de pós-graduação e que logrem êxito no exterior.

Após 10 anos de funcionamento, a equipes de avaliação realizaram uma avaliação da eficácia do PBA.

O grupo controle foi composto por alunos que apresentavam perfil escolar semelhante ao dos estudantes que ingressaram no PBA, ou seja, com nota mínima de 7,0 em todas as matérias, em todos os anos escolares, provenientes de escolas públicas estaduais e municipais de Curitiba e de cidades circunvizinhas. As escolas escolhidas foram as mesmas freqüentadas pelos alunos do PBA. Os participantes foram selecionados dentre famílias com faixa salarial similar a do grupo experimental.

Com efeito, a avaliação englobou três campos de investigação, quais sejam: escolarização, profissionalização e relação entre a escolarização e a profissionalização. A escolarização compreendeu a análise da *escolaridade inicial* (série escolar na qual o participante estava no momento em que foi admitido no PBA), a *escolaridade ideal* (ano escolar em que o aluno deveria estar em 2001, caso não ocorresse nenhum tipo de interrupção em seus estudos) e a *escolaridade atual* (série em que o aluno se encontrava em 2001, independentemente da situação de interrupção nos estudos). A avaliação da escolaridade foi feita mediante comparação do grupo experimental com o controle, quanto à interrupção ou não dos estudos durante a vida escolar. Obtida a escolaridade atual, comparava-se esta à escolaridade ideal. Tal procedimento permitiu apontar o sucesso de cada participante em termos evolutivos, sem interrupção dos estudos.

No tocante à profissionalização, procurou-se levantar as atividades laborais de cada participante, a conexão com a área de estudo e se as diferenças entre elas estariam vinculadas à ação do PBA. A relação entre escolarização e profissionalização foi avaliada via comparação entre o grupo experimental e o controle, quanto a estar ou não trabalhando, demais de correlacionada com o fato de estar ou não estudando.

Método

Participantes

Participaram da pesquisa 629 estudantes, divididos em um grupo experimental e um grupo controle. O primeiro foi constituído por 275 participantes, os quais ingressaram no PBA entre 1994 e 2000, com idades, à época de sua inclusão, entre 10 e 16 anos, conforme a série de admissão. A esse grupo pertenciam

dados pessoais, da condição de estudo, da condição socioeconômica de instituição e série freqüentada, a situação de escolaridade, de abandonar os estudos, de reprovados, de número de anos de estudos e motivos, de quantas vezes o participante havia voltado ao ensino superior, sobre a vida laboral, se estavam ou não trabalhando, a atividade desempenhada e se haviam iniciado.

Procedimento

Os dados do grupo experimental foram obtidos em três momentos distintos: conforme o anexo 1, no momento da realização do ato de ingresso no PBA (dados iniciais), no momento da realização da situação de escolaridade e de trabalho (dados intermediários), e no momento da realização da situação de escolaridade e de trabalho dos alunos desligados do PBA, ou seja, quando o participante (pais ou irmãos), deu-se por telefones para a realização da pesquisa. Os dados iniciais (histórico escolar, histórico de vida, dados pessoais) do grupo controle foram obtidos de forma similar, nas escolas públicas e, os finais, por intermédio de questionários realizados com os próprios participantes da pesquisa. Os dados foram obtidos por meio de entrevistas diretos. Os dados foram digitados no software Statistical Package for the Social Sciences (SPSS) para viabilizar a realização de testes estatísticos. Os testes não paramétricos “Complementar” e “Qui-quadrado para uma única amostra” foram adotado foi de 5% ($p < 0,05$).

Resultados

A comparação a partir de anotações de vida laboral entre o grupo experimental e controle, fornecendo informações sobre a vida laboral e a situação de escolarização e profissionalização, pode possivelmente possibilitar estabelecer relações entre os fatores de risco e os resultados.

Escolarização: Evolução semelhante

A Figura 1 comparou os grupos experimental e controle quanto a não interrupção dos estudos entre a *escolaridade inicial* e do ano escolar atual, por meio da realização de um teste de Qui-quadrado para uma única amostra. A comparação entre os grupos

(69,5%) participantes do grupo experimental nunca interromperam seus estudos, enquanto que apenas 33 (27%) do grupo controle se mantiveram estudando.

Os dados sugerem que as ações do PBA são efetivas no nível superior; já nos níveis fundamental e médio não ocorreram diferenças de desempenho entre os dois grupos estudados.

A distribuição dos dados na Figura 1 indicou que alguns estudantes interromperam seus estudos, não atingindo o nível superior. Em função disto, avaliou-se o momento desta interrupção. A Tabela 1 demonstrou quando ocorreu a interrupção nos estudos. Observou-se que os alunos que ingressaram no nível fundamental, em ambos os grupos, não pararam de estudar. A análise estatística revelou que a diferença foi significativa entre estudantes do nível médio ($\chi^2_{\text{calc}} = 5,110$; $p = 0,024$), onde prevaleceu a categoria “estuda” no grupo experimental (90,3%) em comparação aos 80,9% do controle. Este dado pode sugerir que o PBA tem uma ação deveras efetiva sobre seus alunos, evitando que interrompam seus estudos. Outro dado interessante aparece quando se analisa o comportamento dos universitários, nos dois grupos: verificou-se que após atingir este nível de escolaridade, os estudantes não mais abandonam os estudos.

Os motivos que levaram os participantes a parar de estudar, segundo seu próprio depoimento, estão elencados na Tabela 2. Para o grupo experimental, as razões de interrupção dos estudos foram variadas e as opiniões se dispersaram, representadas pela categoria “outro motivo”, com 3,5% (gravidez, casamento, serviço

militar, problema de saúde, falta de motivação, dificuldade de ingresso na faculdade em outra cidade, insegurança, etc.). Já para o grupo controle, o motivo mais comum foi “reprovação no vestibular e falta de condições para ingressar em faculdade particular”, com 7,4% das respostas. “estudar e trabalhar é muito cansativo” e “não ter dinheiro para o sustento da família ou obter o próprio sustento” foram 2,8% de respostas.

A reprovação no vestibular e a falta de condições para ingressar em faculdade particular são justamente os dois fatores que distinguem os dois grupos. De um lado, o grupo experimental é apoiado financeiramente pelo PBA e, em contrapartida, o grupo controle enfrenta dificuldades financeiras naturais da classe social a que pertence.

Condição de trabalho em 2001

Foram encontrados 193 participantes, sendo 116 (60%) destes, 78 pertenciam ao grupo experimental e 115 ao grupo controle. Analisando-se os dados em função do nível de ensino, observou-se que somente no nível fundamental houve diferença entre os grupos foi estatisticamente significativa ($\chi^2_{\text{calc}} = 6,22$; $p = 0,012$), isto é, os alunos do nível fundamental que ingressaram no nível médio apresentaram uma maior proporção de trabalho em comparação com os participantes do grupo controle (28,70% e 19,1% respectivamente), visto na Figura 2. É importante comentar que, apesar do apoio financeiro dado pelo PBA, os alunos que ingressaram no nível médio e que não conseguiram se manterem estudando, ao trabalhar, de forma que tal procedimento pode ser considerado como uma estratégia de sobrevivência, sendo responsável por esta diferença nos níveis de ensino.

Tabela 1
Condição de Estudo de acordo com os Níveis de Ensino

Grupo	Condição	Nível de ensino		
		fundamental	médio	superior
Experimental	Estuda	69 (100%)	130 (90,3%)	62 (100%)
	Não estuda	0 (0%)	14 (9,7%)	0 (0%)
Controle	Estuda	82 (98,8%)	174 (80,9%)	55 (98,2%)
	Não estuda	1 (1,2%)	41 (19,1%)	1 (1,8%)

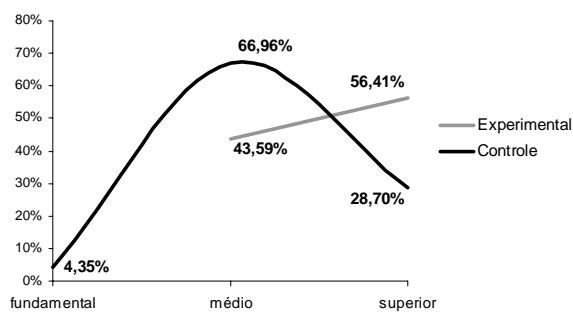


Figura 2. Distribuição dos participantes, que trabalhavam em 2001, por nível de ensino.

Tipo de trabalho em 2001

Os dados sobre o tipo de trabalho, vistos na Tabela 3, revelaram, num primeiro momento, que a totalidade dos alunos do PBA e a grande maioria dos do grupo controle que estão no nível fundamental, não trabalham. Esta informação é muito importante e confortadora, visto que existe todo um esforço da sociedade e da legislação vigente (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, 1990), no sentido de proibir o trabalho infantil, favorecendo, portanto, a escolarização.

No nível médio já se pôde observar uma maior distribuição de participantes entre os tipos de trabalhos, porém com uma concentração significativa no item “não trabalha” para os dois grupos (76,4% do grupo experimental e 64,2% do controle). Observou-se, também, que 1/4 dos que trabalham fora de sua área de estudo são do grupo controle (25,1%), com uma menor parcela do grupo experimental (16%).

No nível superior predominou a atividade de estágio (40%) no grupo experimental em comparação a 25% do controle. Entre os universitários, 41% dos alunos do grupo controle não trabalhavam, contra apenas 29% dos alunos do PBA. Este dado deve ser analisado em conjunto com a atividade de estágio desenvolvida por eles, ou seja, os alunos do PBA estão

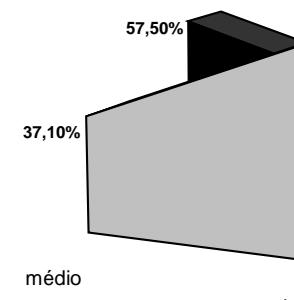


Figura 3. Alunos que estudavam em 2001, por nível de ensino médio e superior.

complementando sua formação, vinculados às suas áreas de atuação, buscando trabalho entre os empregos.

Trabalho: relação entre os níveis de ensino

Foi realizada uma análise da associação entre o nível de ensino (nível fundamental, médio e superior) e o tipo de trabalho (experimental: $n=70$) dos participantes. Para o nível fundamental, 100% dos alunos do PBA e 95,7% do grupo controle estavam no nível fundamental e não trabalhavam. Para o nível médio, 37,1% dos alunos do PBA e 57,5% do grupo controle estavam no nível médio e não trabalhavam. Para o nível superior, 29% dos alunos do PBA e 41% do grupo controle estavam no nível superior e não trabalhavam. A curva é crescente (37,1% para 57,5%), de forma proporcional ao nível médio para superior, enquanto que para o grupo controle, é inversa (de 57,50% para 37,90%), no grupo experimental, é direta (de 37,10% para 57,50%).

Observou-se o predomínio de alunos que trabalhavam no grupo controle que trabalhavam no nível fundamental ($\chi^2_{\text{calc}}=5,630$; $p=0,018$) e, também, de alunos que trabalhavam no nível médio e superior, entre os alunos do PBA que trabalhavam no nível fundamental e superior ($\chi^2_{\text{calc}}=8,672$; $p=0,003$). As diferenças entre os níveis de ensino e o tipo de trabalho foram estatisticamente significativas, para o nível fundamental e superior, no grupo PBA, onde a inserção ao trabalho é maior, e menor para o nível médio. No grupo controle, as diferenças entre os níveis de ensino e o tipo de trabalho foram estatisticamente significativas, para o nível fundamental e superior, no grupo controle, e menor para o nível médio.

Tabela 3

Tipos de Trabalho nos Grupos Pesquisados, em 2001

Ensino superior público *versus* privado

A maioria dos estudantes, independentemente do grupo, freqüentava instituição particular de ensino superior, segundo a Figura 4 (70,5% para o experimental e 78,8% para o controle). O dado mais expressivo de diferenciação entre os grupos pesquisados, diz respeito à instituição pública, na qual o grupo experimental se distribuiu igualitariamente entre exercer ou não atividade laboral, enquanto que o controle, cujos integrantes estudavam em instituição pública, não trabalhava em sua maioria (63,6%).

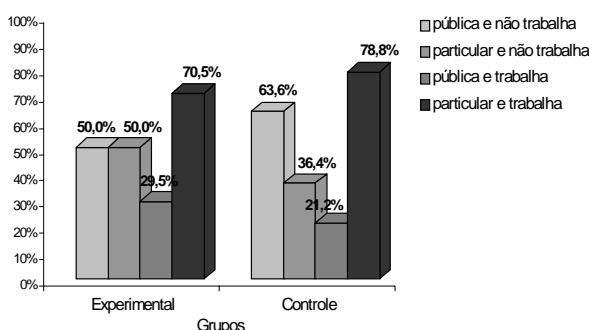


Figura 4. Distribuição dos grupos pesquisados de acordo com o trabalho e o tipo de instituição no nível superior.

As mensalidades dos estudantes do PBA eram mantidas pelo Programa enquanto que as do controle eram pagas pelos próprios alunos, que freqüentavam instituição privada e trabalhavam, de modo majoritário, provavelmente para manter seus estudos. Entretanto, observou-se que os universitários do grupo controle que freqüentavam instituições públicas, em sua maior parte, não trabalhavam.

Discussão

No que diz respeito à imagem do “bom aluno”, existe um contraponto entre o “senso comum” e a ciência, como afirma Rangel (1997). A autora diz que a atribuição muitas vezes feita ao “bom aluno” ilustra a ideia de que o bom aluno é o que “se

O Programa Bom Aluno demonstrou quanto ao acompanhamento de alunos dos estudos, quer por abandono ou repre- uma maior porcentagem de estudantes nível superior de ensino (69,5% para o 27% para o controle). Em todos os anos Programa prestaram vestibular em Cu ingressaram na universidade, sendo a mai na universidade pública (Universidade UFPR e Centro Federal de Educação Téc - CEFET-PR) de aproximadamente 50%

De acordo com os índices nacionais, a evasão escolar concentra-se no nível fundamental (IBGE, 1997; MEC, 1996); de- grifar que o incentivo para o aumento da taxa de conclusão de ensino fundamental no nosso País só teve início em meados de 1990 (IBGE, 1997; MEC, 1996; Kuenzer, 2000b). Entretanto, o acesso ao nível superior é reservado àqueles de renda mais alta, com exemplos em que o esforço do próprio aluno é fundamental para a conquista (Comissão Central do Concurso, 1996; UFPR, 2002; Kuenzer, 2000). Aparentemente, os resultados da presente pesquisa, dados desta pesquisa, ser um bom aluno é um fator de risco para o risco de abandono no ensino fundamental. No entanto, a maioria dos “bons alunos” do grupo controle, vêm de famílias com baixa renda e a evasão escolar ocorreu ao final do ensino fundamental, quando o aluno já havia feito seu ingresso no ensino superior, o que não ocorreu com os estudantes do grupo experimental. Já as razões que levaram os estudantes do grupo controle a abandonar os estudos referiram-se à reprovação, ao não conseguir pagar as mensalidades e à falta de condições econômicas para frequentar o ensino superior.

O investimento do PBA no ensino fundamental deve ser visto não só como uma possibilidade de possibilitar a seus integrantes um nível superior de ensino diferenciado, que favoreça a sua inserção no mercado de trabalho, potencializando sua remuneração. A expectativa do Programa é que ocorra uma melhoria na condição social do aluno, bem como de sua inserção no mercado de trabalho. Rangel (2000) comenta que os programas sociais de inserção no mercado de trabalho, que constituem-se num verdadeiro movimento social, necessitados, caracterizam-se muito mais por serem programas de inserção social do que de inserção profissional.

Nesse quadrante, a autora também menciona que, enquanto os países desenvolvidos apresentam índices elevados de educação superior, no Brasil as empresas têm assumido a escolarização dos trabalhadores, devido à insuficiência das políticas públicas.

Investir em alunos com bom desempenho escolar, como o faz o PBA, permite que o apoio financeiro iniba o abandono e o fracasso escolar que podem acometer mesmo os mais motivados e competentes nesta área. Caillods (1994) salienta que os jovens que fracassaram em sua escolaridade regular ou foram dela excluídos, tenderão a engrossar o contingente dos que só encontram trabalho no setor não-estruturado da economia, mormente quando a tais exigências se somam os requisitos de formação geral sofisticada, priorizados pelas empresas inovadoras.

O aumento da condição “só trabalha” e a consequente diminuição do estudo na medida em que a idade aumenta, revelaram que a necessidade do trabalho vai se sobrepondo e afastando os jovens do universo escolar, em especial, nas fases do ensino médio e superior (Camarano & cols., 2001; IBGE, 2000; Kuenzer, 2000; Patto, 1993; Pestana, 1999; Ribeiro, 1991). Nesta pesquisa, observou-se uma parcela significativa de abandono dos estudos entre os participantes do grupo controle; já os dados pertinentes ao grupo experimental expuseram uma realidade inversa, em que os melhores resultados na relação trabalho e estudo apareceram no ensino superior.

O Programa Bom Aluno pretendeu colocar à disposição dos seus alunos dispositivos pedagógicos que favorecessem a melhoria de sua condição social. Parte desta mudança social poderá ser obtida mediante qualificação profissional, qualidade de emprego e nível salarial dos participantes. Outra parcela disto poderá ocorrer via uma melhoria das habilidades sociais e nível de conhecimento geral de inglês, computação, etc., dos participantes. Os programas sociais que pretendem ampliar oportunidades para a transformação social devem disponibilizar aos seus participantes um conjunto de habilidades e conhecimentos, capazes de garantir

A avaliação de programas sociais, é necessária para que se saiba sobre o que é feito, agregando conhecimento científico a um conhecimento sobre a realidade. A razão de ser e, no caso de programas, possibilitar o fortalecimento de um caminho importante a ser percorrido.

O Programa Bom Aluno é evasão escolar e a baixa qualificação profundamente vivenciadas. A sociedade brasileira, ao contribuir para a transformação do País. Eis que aí se manifesta um sentimento de que os pais estarão sempre dispostos a enfrentar

Referências

- Aquino, J. G. (Org.) (1997). *Erro e fracasso na educação*. Rio de Janeiro: Mauad.

Baer, D. M. (2001, setembro). *Evaluating a social learning intervention*. Trabalho apresentado no 10º Congresso da Sociedade Brasileira de Psicologia e Medicina Comportamental.

Belloni, I., Magalhães, H. & Sousa, L. C. (2001). *Ensino de ciências sociais na escola pública: Uma experiência em educação profissional*. Rio de Janeiro: Mauad.

Caillods, F. (1994). Rasgos convergentes entre a formação profissional e a formação social. *Revista Internacional del Trabajo*, 12(1), 11-22.

Caixeta, N. (1997). Como virar a página. *Brasil 2000*, 1(1), 10-11.

Camarano, A. M., Pasinato, M. T., Arruda, M. & Gómez, J. (1997). *Os profissionais brasileiros no mercado de trabalho* [On-line]. Rio de Janeiro: Mauad.

Cano, J. I. (2001). *Elaboração de um texto intrínseco e sua aplicação a educação* [On-line]. Disponível em: <http://www.ub.edu/ed/estadistica/estadistica.htm>

Casal, J., Masjuan, J. M. & Planas, J. (1989). *Los itinerarios de transición entre los 14 y los 18 años*. Madrid: Ediciones SM.

Cohen, E. & Franco, R. (1999). Avaliação da formação profissional. In: *Relatório da Comisión Económica para América Latina y el Caribe* (pp. 11-12). Santiago, Chile: Cepal.

Comissão Central do Concurso Vestibular (2001). *Concurso Vestibular 2001: Sócio-educacional*. Curitiba, PR.

Delors, J. (Org.) (2000). *Educação: Um tesouro comum*. Brasília, DF: MEC, UNESCO.

- Kuenzer, A. Z. (2000). O ensino médio agora é para a vida: Entre o pretendido, o dito e o feito. *Educação & Sociedade* [On-line], 21. Disponível: www.scielo.br
- Lúcio, C. G., & Sochaczewski, S. (1998). Experiência de elaboração negociada de uma política de formação profissional. *Educação & Sociedade* [On-line], 19. Disponível: www.scielo.br
- Ministério da Educação e Cultura- MEC (1996). *Estatísticas da educação básica no Brasil* (Extraído do Relatório para a Conferência Internacional de Educação em Genebra, 1996) [On-line]. Disponível: www.mec.gov.br
- Novaes, H.M.D. (2000). Avaliação de Programas, serviços e tecnologias em saúde. *Revista de Saúde Pública* [On-line], 34. Disponível: www.scielo.br
- Patto, M. H. S. (1993). *A produção do fracasso escolar: Histórias de submissão e rebeldia*. São Paulo: Queiroz.
- Peláez, A. M. T. M. (Org.) (2000). A iniciativa privada e o espírito público: Um retrato da ação social das empresas do sudeste brasileiro. *Pesquisa IPEA - Resultado final* [On-line]. Disponível: www.ipea.gov.br
- Pestana, M. I. G. de S. (1999). Avaliação educacional: O sistema nacional de avaliação da educação básica. Em E. M. Rico (Org.), *Avaliação de políticas sociais: Uma questão em debate* (pp. 53-63). São Paulo: Cortez.
- Rangel, M. (1997). *‘Bom aluno’ real ou ideal*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Ribeiro, C. (1991). A pedagogia da repetência. *Estudos Avançados*, 5, 7-21.
- Rocha, S. (2000). *Pobreza e desigualdade no Brasil: O egotamento e o real* (Texto para Discussão n. 721) [On-line]. Disponível: www.scielo.br
- Sarriera, J. C., Câmara, S. G., Schwarcz, C., De Bem L. A. & G. estar psicológico dos jovens porto-alegrenses. *Psico*, 27,
- Sarriera, J. C. & Teixeira, R. P. (1997). Itinerários descritivos e escola ao trabalho dos jovens de Porto Alegre. *Psico*, 28,
- Sarriera, J. C., Câmara, S. G. & Berlim, C. S. (2000). Elaboração e avaliação de um Programa de Inserção Ocupacional para
- Psicologia: Reflexão e Crítica* [On-line], 13. Disponível: www.scielo.br
- Shiroma, E. O. & Campos, R. F. (1997). Qualificação e reequilíbrio das pesquisas em educação. *Educação & Sociedade* [On-line], 21. Disponível: www.scielo.br
- Souza, M. M. C. de (2000). *A importância de se conhecer melhor as políticas sociais na América Latina*. Rio de Janeiro: IPEA - Economia Aplicada.

Sobre as autoras

Zânia Maria Diório é Psicóloga do Instituto Bom Aluno do Brasil, Paraná. É Mestre em Psicologia da Infância e da Adolescência pela Universidade Federal do Paraná.

Paula Inez Cunha Gomide é Doutora em Psicologia Experimental pela Universidade de São Paulo. É Professora da Universidade Federal do Paraná.